

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CLARA / CASTELO VIEGAS

ATA

Aos vinte e nove dias do mês Abril do ano de dois mil e quinze, pelas 21:15 horas, reuniu na Sede da União de Freguesias a Assembleia da União de Freguesias, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1: Informações do Presidente da União de Freguesias - artigo 9 alínea e) do nº2 do DL nº 75/2013)

Ponto 2: Leitura e aprovação da ata da anterior Assembleia da União de Freguesias

Ponto 3: Discussão e aprovação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas referente ao Exercício 2014

Estiveram presentes os seguinte elementos:

Partido Socialista:

José Carlos Almeida Clemente

Gustavo André Gonçalves Rocha

José Filipe Vicente Graça

Celso Jordão (Em substituição de Maria Alice da Silva Viseu e Maria Ângela Pinto Correia)

José Manuel Mateus Pereira

Coligação "Por Coimbra":

Miguel Ângelo Vieira de Melo e Lopes

João Cerqueira Cardoso

Ana Catarina de Oliveira Ferreira

João Carlos Abreu

Sandra Luísa dos Santos Marques

Coligação Democrática Unitária:

António Filipe Carvalho Domingues

Cidadãos por Coimbra:

Sílvia Maria Dias ferreira

O Presidente da Assembleia da União de Freguesias pede alteração da ordem trabalhos. Sugere começar pelo ponto 2 da Ordem de Trabalhos com a leitura e aprovação da ata pelo motivo de o Presidente da União de Freguesias não se encontrar presente ao início da Assembleia.

Sugestão aprovada por unanimidade.

Entrou-se no 2º ponto da ordem de trabalhos -

Ata colocada á votação.

Ata aprovada por unanimidade

Miguel Lopes da coligação “Por Coimbra” sugere, dada a ausência do Presidente da União de Freguesias na Assembleia, se passe para o ponto 3 da ordem de trabalhos, dado que apenas o Ponto 1 da ordem de trabalhos necessita da presença do Presidente da União de Freguesias.

Sugestão aprovada por Unanimidade

Entrou-se no 3º ponto da ordem de trabalhos -

António Domingues da “Coligação Democrática Unitária” é da opinião de que o relatório está extenso e bem elaborado, no entanto tem algumas dúvidas em relação à Feira Popular e ao Mercado das Almas o qual se interroga quantos espaços estarão ocupados. Pergunta se existe alguma mais-valia sobre as vendas no Bar do Recordatório. Pede explicação sobre o prejuízo da Feira Popular e deixa como sugestão para inverter esse prejuízo e aumentar os lucros a revisão das tarifas aplicadas, nomeadamente o valor do terrado, entre outros.

O tesoureiro do executivo explica que o bar do Recordatório está arrendado num regime de mensalidade que não prevê mais-valias. Esclarece que no relatório de contas estão exploradas as contas relativas a Feira Popular, faz uma breve explicação sobre as receitas e despesas descritas no relatório e explica ainda que para maximizar os lucros da Feira Popular é preciso baixar a despesa.

Ana Catarina Ferreira, afirma que a Feira Popular no ano transato foi fora do normal, nos anos anteriores a Feira Popular deu lucro exemplificando as contas positivas dessas mesmas feiras, justifica o prejuízo com a conjuntura económica desfavorável mas acredita que nos próximos

anos a feira vai voltar a dar lucro. Deixa a nota de que a Câmara Municipal cria eventos ao mesmo tempo que decorre a Feira Popular o que prejudica o funcionamento da mesma.

José Graça do Partido Socialista reforça a ideia apresentada por António Domingues de que o relatório esta bem feito e aproveita para deixar um louvor a quem o elaborou, no entanto o relatório tem algumas nuances que gostaria de esclarecer. Está contente pelo facto do lucro ter aumentado mas acha estranho não estar justificada a ausência de uma vogal nas assinaturas do executivo. Faz o reparo de que o horário de presença do presidente do Executivo em Castelo Viegas está aumentado em relação à realidade verificada. Notou que o apoio vindo da Câmara está em branco, é da opinião que se a Câmara não apoiou a União de Freguesias o nome da Câmara não deveria constar na parte dos apoios no relatório. No Anexo II na parte dos recursos humanos o nome do membro que deveria ser José Graça está errado. Na parte das modificações orçamentais reparou que todos os meses existiram alterações o que na sua opinião é estranho porque foi feito um orçamento aprovado em Assembleia. Relativamente a Feira Popular em lugares de terrado foram cobrados 19.835 euros mas como não tem os dados relativos a Feira Popular anterior é impossível estabelecer uma comparação. Nesse sentido pergunta quais os critérios usados para valorizar o terrado a ser arrendado e se não existirem critérios a bancada socialista apresenta uma proposta orientadora de critérios para valorizar os lugares de terrado a atribuir para exploração. Proposta (em anexo) entregue á mesa da Assembleia. Ainda em relação à Feira Popular, nas taxas de acesso existe uma discrepância entre os bilhetes emitidos, os vendidos, os que sobraram e os que foram oferecidos. José Graça continua fazendo referência ao Anexo 8º, acha que está bem feito apesar de fazer parte da lei a elaboração do anexo. Especifica as remunerações do Presidente do Executivo e da vogal Bertilia, acha que os valores deveriam ser explanados de modo a perceber como se aferiram os valores apresentados com o intuito de se perceber melhor quais os rendimentos do executivo.

O Presidente do Executivo começa por cumprimentar os presentes, de seguida afirma que o membro da Assembleia José Graça está sempre a desconfiar de tudo. Esclarece que recebe o que é de Lei assim como o Presidente da Câmara e os vereadores, apesar de não saber quanto é que o Presidente da Câmara recebe. Em relação ao horário de presença em Castelo Viegas afirma que cumpre o horário estipulado e que por vezes fica mais tempo do que seria o horário, mas que em cada 5 vezes 4 não aparece ninguém. Esclarece ainda que o horário a meio tempo é de 16 horas e que faz muitas mais horas do que está estabelecido. Continua esclarecendo que as modificações orçamentais são necessárias devido ao dia a dia mutável da gestão de uma Junta de freguesia. Nas questões relativas à Feira Popular começa por dizer que os convites são tarifados para quem recebe ter noção de quanto é que está a receber e que os convites têm como razão de ser uma tentativa de garantir algum movimento na Feira. Prossegue dizendo que as taxas de terrado são atribuídas conforme o tipo de divertimento, tamanho, público-alvo e que as zonas são atribuídas conforme o tipo de estrutura.

José Graça do Partido Socialista responde dizendo que pode confirmar que o Presidente do Executivo vai a Castelo Viegas no entanto dirigiu-se ao edifício da Junta em Castelo Viegas para se informar e descobriu que existe uma colaboradora que facilita o contacto com a Junta de freguesia mesmo não fazendo parte dela. Na questão dos convites elucida que sabe da razão

pela sua distribuição, mas que isso não vem espelhado no relatório. Em relação ao terrado apenas apresentou o ponto de vista Socialista, acha que deve estar regulamentada a forma de conseguir o lugar terrado de maneira a maximizar o lucro e garantir justiça na atribuição dos lugares. Pergunta como é que a Vogal Joana participa nas reuniões de Executivo.

O Presidente do Executivo responde que a vogal participa através de vídeo- conferência.

O Tesoureiro do Executivo pede a palavra para explicar que as alterações orçamentais apesar de muitas infelizmente foram necessárias. Que os vencimentos são os que estão tabelados na lei (dá uma breve explicação dos rendimentos ganhos pelo executivo) e que as taxas de acesso a Feira Popular foram controladas ao pormenor e com rigor.

O Presidente da Assembleia de Freguesia esclarece que não está em causa o número de bilhetes oferecidos mas sim o facto de os bilhetes oferecidos serem tarifados. Afirma que esse procedimento é ilegal, tem de ter escrito **convite** e não um valor atribuído. Finaliza a sua intervenção dizendo que não contem com o Presidente da Assembleia nesta matéria e que se demarca dessa questão pois o procedimento é ilegal.

Sílvia Ferreira dos “Cidadãos por Coimbra” pede a palavra, começa por pedir desculpa aos restantes membros da Assembleia pelo seu atraso. Demonstra o seu contentamento com o relatório pois é da opinião que se percebem bem as contas, as receitas e despesas de uma forma clara. No entanto acha que no Recordatório as contas não são claras porque não se percebe se dá lucro ou não. Pensa que o relatório seria mais claro se tivesse descrito melhor os investimentos na área de apoio social. Acha que o investimento nessas áreas deveria ser maior até porque notou um desinvestimento na área social em vez de um reforço nesta altura de crise. Em relação ao Mercado de Sta. Clara é da opinião que o lucro do mercado podia ser investido na promoção do mesmo de maneira a potencia-lo. Faz referência à modificação orçamental, reparou que existem alterações substanciais e pergunta o porquê dessas alterações tão abruptas assim como o porquê da diminuição dos apoios as organizações humanitárias e o aumento dos apoios as organizações desportivas. Finaliza a sua intervenção perguntando o que é a taxa de execução acima dos 100% que se encontra na rubrica das transferências da câmara na parte da execução orçamental.

O Tesoureiro do executivo pede a palavra para esclarecer a dúvidas suscitada. Esclarece que a Junta de Freguesia recebeu mais do que o previsto, o que é positivo.

Sílvia Ferreira dos “Cidadãos por Coimbra” prossegue a sua intervenção dizendo que não acha prioritário o investimento num apoio a um carro de rally e a uma subida aos Alpes pois essas verbas poderiam ser direccionadas para outras áreas. Em relação à Feira Popular crê que existe uma dificuldade de articulação entre as instituições da cidade que deveriam ser resolvidos e sugere um diálogo pacífico entre as partes para se poder promover a rentabilizar a Feira Popular. Concorda com um regulamento de atribuição de espaços de terrado pois se for bem elaborado irá ajudar o funcionamento da Feira.

O Presidente do Executivo pede a palavra para responder ás questões levantadas. Afirma que existe um regulamento de atribuição de espaços de terrado para a Feira Popular, mas tabelar

os valores seria impossível pois cada feirante é um caso específico e que é complicado gerir uma Feira porque cada ano é diferente do anterior. Esclarece que o Recordatório dá 300 euros de receita por mês e que esse valor vem da exploração do Bar, no entanto o Recordatório tem prejuízo porque tem um posto de turismo que tem custos de manutenção assim como todos os meses se realiza uma exposição de arte que acarreta custos. Revela que não se pode explanar os apoios que se dá na área social por motivo de anonimato dos beneficiários. Finaliza a sua intervenção esclarecendo que no Mercado da Almas teve uma rotura de água no ano anterior e que o arranjo custou mais de 6000 euros, tem arrendatários com rendas em atraso. Deixa a nota de que a junta faz o que pode para promover o Mercado das Almas incluindo a promoção das lojas na página do Facebook. Orgulha-se da proximidade que a junta tem com a Freguesia e que tenta comprar o máximo possível em lojas da freguesia.

Isabel Fernandes da "Coligação Democrática Unitária" pede esclarecimento em relação aos gastos de telemóvel e telefone fixo. Pergunta quais os critérios usados na atribuição dos cabazes e se a vogal Bertília está a meio tempo na junta e a meio tempo na Câmara Municipal de Coimbra.

O Presidente do executivo elucida que a vogal Bertília, está a meio tempo na Junta de Freguesia e a tempo inteiro na Câmara Municipal.

Isabel Fernandes da "Coligação Democrática Unitária" continua a sua intervenção dizendo que acha que a vogal Joana por lei não pode participar nas reuniões de Executivo por Vídeo-Conferência. Finaliza a sua intervenção afirmando que é preciso aumentar a sinalização rodoviária na Rua Vale Gemil pois acontecem muitos acidentes.

Miguel Lopes da Coligação "Por Coimbra" pede a palavra, parabeniza o executivo pelo excelente trabalho realizado na elaboração do relatório. Louva o único elogio que veio da oposição, feito pelo membro do Partido Socialista José Graça, no entanto discorda das lacunas que o membro da Assembleia de Freguesia apresentou. É da opinião de que o Presidente da Assembleia faltou ao formalismo necessário a uma Assembleia de Freguesia ressaltando o facto de que os membros da mesa da Assembleia de Freguesia não poderem intervir legalmente na Assembleia.

O Presidente da Assembleia de Freguesia esclarece que quando intervém é de uma forma construtiva e não destrutiva sem nunca querer prejudicar os trabalhos. Em relação à participação da vogal nas reuniões de Executivo por vídeo-conferência afirma que vai pedir um parecer sobre a matéria em questão.

Sílvia Ferreira dos "Cidadãos Por Coimbra" é da opinião de que a vogal pode participar na reunião por vídeo-conferência pois na lei não está escrito que não o pode fazer.

João Abreu da "Coligação Por Coimbra" pede a palavra, diz que reparou numa descrição exaustiva e num esforço enorme por parte do executivo na elaboração do relatório. Louva o esforço de executivo na prossecução dos interesses da Junta e louva o cabaz que a Junta de Freguesia ofereceu. Afirma que gosta do trabalho feito pela Junta na segurança rodoviária. Parabeniza o Executivo pelo aumento do banco de livros e pelo serviço que o mesmo presta. Afirma que o relatório é um espelho das várias actividades realizadas pela Junta de Freguesia

mas lamenta que quase só se tenha discutido Feira Popular. É da opinião que a Câmara contribuiu com falta de apoio para o insucesso da Feira Popular e que foram os Funcionários e Associações que conseguiram realizar a Feira Popular. Acha que a qualidade e vastidão deste relatório é superior ao de outras Juntas de Freguesia e que honra os fregueses desta Freguesia. Termina a sua intervenção dizendo que acha que se devia ter discutido mais profundamente outros assuntos para além da Feira Popular.

O Presidente da Assembleia de Freguesia relembra que foi dito numa Assembleia de Freguesia que a Câmara tinha apoiado a Feira Popular com 5000 euros para consumo de electricidade.

O Presidente do Executivo esclarece que esse apoio é relativo a uma fatura do ano anterior.

O Presidente da Assembleia de Freguesia volta a lembrar que a Câmara apoiou a Feira Popular ao contrário do que foi dito.

O Presidente do Executivo afirma que a Câmara tem diminuído os apoios prestados.

José Graça do Partido Socialista pede a palavra, diz que a relevância da Feira Popular está patente no relatório pelo que está lá descrito. Descreve o funcionamento do regime de meio tempo, afirmando que o Presidente do Executivo não pode receber subsídio de refeição.

Relatório de Contas posto a votação

Relatório aprovado por maioria com 5 votos a favor por parte da coligação "Por Coimbra"; 3 abstenções duas por parte da "Coligação Democrática Unitária" e uma por parte dos "Cidadãos Por Coimbra"; 5 votos contra por parte do Partido Socialista com declaração de voto.

Declaração de voto do Partido Socialista em anexo.

O presidente da Assembleia de Freguesia põe a discussão a proposta da Bancada Socialista para regulamentação de taxa de ocupação de espaço terrado da Feira Popular.

Miguel Lopes da coligação "Por Coimbra" pede a palavra, acha que tendo sido aceita a proposta por parte da mesa da Assembleia a proposta não pode ser apresentada pois a mesa apenas tem competência para recomendar a sua inclusão numa futura ordem de trabalhos.

Sílvia Ferreira dos "Cidadãos Por Coimbra" afirma que não sabe se a proposta pode ser apresentada ou recomendada mas concorda com uma recomendação para uma futura discussão sobre o método de atribuição de espaço terrado.

O Presidente da Assembleia de Freguesia retira a proposta para ser apresentada na ordem de trabalhos numa próxima Assembleia de Freguesia.

Entrou-se no 1º ponto da ordem de trabalhos -

Miguel Lopes da Coligação "Por Coimbra" pede a palavra, quer fazer uma sugestão construtiva, lembrando que de acordo com o regimento interno o ponto de informações não pode constar na ordem de trabalhos, as informações têm de ser dadas antes da ordem de trabalhos se iniciar.

António Domingues da " Coligação Democrática Unitária" faz referência a zonas da freguesia que precisam de intervenção, nesse sentido entrega um documento ao Presidente do Executivo com uma lista dos locais a serem intervencionados.

O Presidente do Executivo recebe o documento e garantindo que se vai debruçar sobre os problemas apontados no documento.

Isabel Fernandes da " Coligação Democrática Unitária" pede ao Presidente do Executivo para exigir aos donos dos terrenos da Freguesia que os limpem realçando o perigo de os terrenos se encontrarem por limpar.

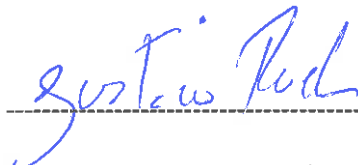
Sem mais assuntos a discutir o Presidente da Assembleia da União de Freguesias deu por encerrada a Assembleia de Freguesia às 23,45 horas.

União de Freguesias a Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas,

O Presidente da Assembleia da União de Freguesias



O 1º Secretário da Mesa da União de Freguesias



O 2º Secretário da Mesa da União de Freguesias
